

## APRESENTAÇÃO

O presente número da Revista Literatura em Debate vem divulgar pesquisas qualificadas sobre autoritarismo e resistência na produção cultural, tema candente do século XX, cuja história foi caracterizada por diversas formas de opressão, trauma, violência e autoritarismo, e que Eric Hobsbawm (1995) definiu como a “Era dos Extremos”. O totalitarismo alcançou o seu recrudescimento no âmbito internacional com o nazi-fascismo, as ditaduras socialistas e os governos ditatoriais hispano-americanos, além do Estado Novo e a Ditadura Militar no contexto brasileiro. Tais expressões do totalitarismo são consequência dos extremos ideológicos a que chegou o ultranacionalismo, cujas repercussões na sociedade internacional produziram acontecimentos traumáticos como o Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial, além do cerceamento da liberdade de pensamento e expressão nos estados autoritários e ditatoriais. Estes eventos deram início, em tais contextos, a uma onda crescente de resistência, denúncia e combate, que se manifestou através de todas as expressões culturais e artísticas (literatura, cinema, música, pintura, escultura, jornalismo, etc.). Assim, as relações entre indivíduo e sociedade necessitam ser consideradas através dos objetos culturais, a fim de detectar a complexidade dos modos de expressão e constituição da subjetividade contemporânea e as condições específicas para a experiência estética.

Por esta razão, este número dedica considerável espaço e atenção às relações entre literatura e sociedade, literatura e história, literatura e trauma, bem como a todo o espectro de relações interdisciplinares e transdisciplinares com a crítica da cultura, a fim de permitir que os estudos literários e suas relações com outras expressões estéticas, em nível de comparatismo, mantenham vínculos relevantes e permanentes com o histórico e o social. Há certos momentos da história e da marcha civilizatória de uma sociedade – ou mesmo da humanidade inteira – em que a arte e a cultura não podem virar as costas à expressão do sofrimento dos perseguidos, das minorias, dos excluídos, dos marginalizados, sem com isso pactuar de forma irracional com a supressão da liberdade e dos direitos civis básicos, necessários ao desenvolvimento pleno dos indivíduos como sujeitos e dos grupos sociais como civilização. Deste modo, utilizar os estudos literários e culturais para a apreensão, conforme Hannah Arendt, daqueles acontecimentos de difícil compreensão nos permite repensar e retramar os eventos do passado em que tragédias coletivas foram impostas aos indivíduos através de experiências traumáticas,

das quais emergem a brutalidade, a barbárie, a violência e, é claro, o trauma. Não é sem razão que a frase de Walter Benjamin traduz todo esse repertório histórico de insanidades: “Não há documento de cultura que não seja ao mesmo tempo um documento de barbárie”.

Ao alcançarmos a sétima edição deste periódico, expressamos aqui a imensa satisfação, como editores do presente número, pelo contínuo interesse que a temática suscita entre os pesquisadores não somente dos estudos literários, como de outros domínios do pensamento acadêmico, a exemplo da História, da Filosofia, das Ciências Sociais e da Ciência Política. O volume de artigos enviados e aceitos para compor esta edição da revista reforça a convicção de que a escolha do tema foi muito acertada e apropriada, uma vez que acolhemos produções com expressiva densidade investigativa e com contribuições importantes que alimentarão, com toda certeza, os debates, e aumentarão, assim, a compreensão sobre o tema. Nesta edição, os textos são oriundos de pesquisadores vinculados a programas de pós-graduação de universidades como a University of New Mexico (EUA), Universidade de Lisboa, UEPG, UFSC, UFPel, UNESP, USP, UNICAMP, UEL, UFSM, UFV, UFRGS, UNILAGO e PUC, além do Istituto Opera del Vocabolario Italiano, do Consiglio Nazionale delle Ricerche – CNR, Firenze (Itália).

O primeiro artigo é de autoria de Evanir Pavloski. O professor e pesquisador apresenta uma análise em que estabelece relação entre história e ficção, através da obra “1984”, de George Orwell, demonstrando como o romance distópico proporciona uma análise crítica do contexto político e social do século XX, ou, mais detidamente, dos regimes totalitários que se manifestaram ao longo daquele. Este artigo lê, na obra orwelliana, o absoluto controle que o governo exerce sobre os textos históricos e o papel decisivo do personagem e protagonista Winston Smith como escritor ficcional e historiador, demonstrando a problemática dos mecanismos de manipulação dos fatos históricos em um regime totalitário e os limites tênues entre história e ficção como representações discursivas da imensa pluralidade do real. O autor utiliza, para a efetivação desta leitura, as teorias pós-modernas sobre historiografia e metaficção historiográfica.

Na esteira das reflexões do professor Evanir Plavoski, temos o artigo de Tiago Guerreiro da Silva, cuja proposta é uma leitura do romance “Margarita e o Mestre”, de Mikhail Bulgárov (1891-1940). O autor pretende rastrear na narrativa de Bulgárov os mecanismos literários, como a alegoria e a reescrita de trechos bíblicos, que foram

utilizados para criticar o poder autoritário e coercitivo do Estado Soviético. Para isto, o pesquisador propõe uma leitura cruzada entre a obra do escritor russo e vários textos bíblicos, sobretudo o Apocalipse de São João, a fim de demonstrar o uso do texto dos evangelhos bíblicos realizado por Bulgarov, com o objetivo de realizar a sátira paródica e, deste modo, empreender a crítica ao autoritarismo da URSS.

Uma discussão sobre o vínculo entre censura e imprensa no Brasil é o objeto do artigo de Luciana Rosar Fornazari Klanovicz, a partir de uma leitura histórica sobre os rumos que a censura tomou, utilizando como fonte algumas reportagens e a trajetória da “Revista Veja”, entre os anos de 1968 e 1985. A autora deste artigo tem como preocupação central de sua exposição argumentativa a percepção da censura em seu percurso histórico no Brasil contemporâneo, a fim de estabelecer a relação entre imprensa e censura ao longo da ditadura militar brasileira. Para atingir este objetivo, o texto considera que as “as relações entre jornalismo e literatura seriam marcadas por uma ‘contaminação incessante’”, o que justifica a abordagem do texto jornalístico como um discurso similar ao discurso literário, uma vez que exerce poderosa influência sobre a sociedade como formador de um imaginário coletivo no uso de “processos e técnicas de produção do texto”, com padrões estéticos próprios da linguagem e profissão do jornalista.

João Luís Pereira Ourique, Simone Xavier Moreira e Milena Mulatti Magri abordam, em seus respectivos textos, questões acerca das obras ficcionais de Caio Fernando Abreu. O primeiro artigo tem como objetivo o levantamento de hipóteses interpretativas do contexto dos chamados “anos de chumbo” da ditadura militar brasileira, tendo como suporte e fundamento a Teoria Crítica da Sociedade, através dos pensadores da célebre Escola de Frankfurt, em busca de uma interpretação que considere o contexto histórico e os aspectos sociais presentes na obra do escritor gaúcho. O segundo, a partir da indicação contida no próprio título, pretende analisar os personagens do conto “Os sobreviventes” (1982) a partir dos conceitos de história, trauma e testemunho. A análise proposta tem como fundamentação teórica os estudos sobre o trauma e a literatura de testemunho, no seu entrelace com a história, ou, mais explicitamente, os estudos históricos.

Ainda no terreno teórico do trauma e do testemunho, temos os artigos de Débora Racy Soares e de Fernanda Andrade do Nascimento Alves. O primeiro, cuja reflexão se detém sobre os versos de Antônio Carlos Ferreira de Brito (1944-1987), o “Cacaso”, utiliza como base interpretativa o pensamento da filósofa Hannah Arendt,

particularmente os textos dedicados à violência. A autora centra-se nos conceitos de trauma, memória e testemunho, sobretudo a partir dos versos que problematizam a possibilidade de representação e resistência poética à violência institucional da década de setenta do século XX, durante o período da ditadura militar brasileira. O objetivo da autora é demonstrar como a poética de Cacaso está em “profunda articulação com o seu momento [histórico] de produção”, tornando-se ao mesmo tempo resistência e testemunho de uma época marcada pela violência e pelo autoritarismo. O segundo tem o objetivo de esboçar um percurso de leituras acerca da literatura testemunhal e, deste modo, indicar o diálogo entre a peça “A morte e a donzela”, do escritor chileno Ariel Dorfman, e o filme “Que bom te ver viva”, da diretora brasileira Lucia Murat. A autora propõe, em ambas as obras, o debate sobre a figura do sobrevivente e a superação do trauma.

Na sequência, cruzando a fronteira conceitual do autoritarismo e da literatura testemunhal, contamos com a contribuição de Andréia Régia Nogueira do Rego. Neste ensaio, a autora analisa os elementos estruturais da narrativa do ficcionista português António Lobo Antunes, com o fim de evidenciar como o escritor português relativiza o discurso histórico, político e religioso, misturando-os às vozes dos narradores e dos personagens da narrativa, originando assim um jogo polifônico que abre o espaço da escrita à negação do discurso autoritário, através da voz testemunhal, entrelaçada às demais vozes, todas vítimas da tirania do Estado Novo português. Assim, segundo a autora, a narrativa de António Lobo Antunes assume características do processo terapêutico, com a recapitulação, em forma de testemunho, da experiência traumática vivida durante o regime autoritário lusitano.

Na linha das pesquisas acerca da memória, da literatura de testemunho e da violência, contamos com os artigos de Lucas Amaral de Oliveira e Carlos Augusto Costa. O primeiro estuda a literatura memorialística do judeu italiano Primo Levi, como expressão de uma memória individual traumática que consegue converter-se em testemunho de uma experiência coletiva, que é a do Holocausto, durante a Segunda Guerra Mundial. O autor busca tecer algumas considerações, a partir dos processos sociais e dos mecanismos culturais, sobre determinados aspectos da violência absurda cometida nos campos de extermínio nazistas. O segundo trabalho analisa e interpreta a narrativa ficcional “Carapintada” (1993), de Renato Tapajós, obra na qual se articulam memórias da violência perpetrada pela ditadura militar brasileira, analisando a

resistência dos personagens e seu compromisso ético com a rememoração traumática desse passado violento.

Na sequência, temos o artigo de Vera Lúcia Lenz Vianna da Silva e Cristiane Toni, que também analisa os efeitos da ditadura militar na literatura brasileira, a partir das obras “Zero” (1975), de Ignácio Loyola Brandão, e “Tropical sol da liberdade” (1988), de Ana Maria Machado. As autoras apontam, a partir do próprio título, como a literatura pode ser utilizada como instrumento da denúncia e da resistência, a partir de uma estética romanesca que tematiza a repressão, o silenciamento, a dor, além de uma problematização constante entre a linguagem oral e escrita, como meios de expressão da revolta. Para atingir este fim, as autoras buscam suporte teórico em Burke (1992), Dalcastagné (1996) e Franco (2003), sugerindo que estes romances sejam a expressão do trauma provocado pela ditadura militar na sociedade brasileira desse período.

Ramiro Giroldo apresenta como proposta, em seu texto, uma discussão sobre as relações entre o romance “Lavoura Arcaica”, de Raduan Nassar, e a implantação social do autoritarismo no Brasil contemporâneo, considerando a formação de despotismos em vários níveis sociais e as peculiaridades da experiência histórica nacional durante períodos de opressão promovida por regimes autoritários. O texto toma como embasamento primário o ensaio “Posição do narrador contemporâneo”, de Theodor W. Adorno, em que o pensador da Escola de Frankfurt trata do impacto provocado na narrativa pela apreensão dolorosa de um contexto histórico. Para as considerações a respeito da singularidade da experiência histórica brasileira, o autor parte do texto “Autoritarismo e transição”, de Paulo Sérgio Pinheiro, em que é analisada a transição do período ditatorial para o democrático e as remanescências do autoritarismo na sociedade brasileira.

Gracia Regina Gonçalves e Thiago Marcel Moyano abordam, em seu ensaio, questões acerca da crise da representação e do jogo de poder em “Endgame” (1958), de Samuel Beckett. Os autores se propõem, neste trabalho, a uma análise da peça beckettiana como uma expressão de vanguarda do “movimento” pós-moderno, a fim de criticar a crença de que o pós-modernismo constitua uma estética alienante e alienada, em face de sua suposta ausência de engajamento político diante de um mundo esvaziado de sentido histórico. A fundamentação teórica tomada para este trabalho parte, sobretudo, da reflexão de Linda Hutcheon (1990), através da qual os autores procuram demonstrar que a obra de Beckett é pautada por um constante senso de humor e sentido

paródico, ridicularizando convenções usualmente constituídas em torno do poder e da linguagem.

O artigo de Luciano Kreuzburg-Miranda procura compreender o processo de aproximação político-cultural entre os cineastas brasileiros do “movimento” Cinema Novo e os militares dirigentes do regime ditatorial pós-1964, partindo das noções estenográficas de “campo” e “capital cultural”, do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1930-2002). O trabalho do autor analisa como os cineastas líderes do Cinema Novo participaram de diversos espaços de produção discursiva, adaptando-se ao “campo dos possíveis discursivos” através da utilização de um “discurso dialético” que os vinculava a um circuito de interesses, cuja consequência era um conjunto de posições antagônicas ou, pelo menos, conflitantes. Para o autor, a questão da “comunicação” em busca de público torna-se comunicação com o regime militar, em um processo em que discursos antagonistas tornam-se adesistas, com a redefinição do uso retórico da palavra “revolução”.

Roberto Wu dedica-se também à análise do cinema como expressão temática da revolução, estabelecendo vínculo com os estudos literários ao cotejar “Os demônios” (1870), de Fiodor Dostoiévski, e “La chinoise” (1967), filmado por Jean-Luc Godard. O filme de Godard seria uma adaptação livre do livro de Dostoiévski, cujo tema político debate a ideia de revolução, de um ponto de vista autoral que implica “um afastamento artístico” em que o resultado cinematográfico provoca no espectador um sentimento de independência em relação à produção literária. O autor pretende demonstrar que o filme de Godard, concebido como revolucionário, é um duplo de “Os demônios”. Contudo, apesar das semelhanças e convergências com o livro de Dostoiévski, a obra do escritor russo foi vista como reacionária, pois descreve os momentos constitutivos da atividade revolucionária a partir de um núcleo niilista da Rússia da segunda metade do século XIX, enquanto a película de Godard se atém a um grupo ativista da França em período pouco anterior ao Maio de 1968. O propósito do autor, portanto, é analisar a interpretação e a recepção imputadas a ambas as obras, estabelecendo as devidas conexões e diferenças, tomando como base os temas da revolução e do niilismo.

No território da resistência política, temos a contribuição de Giulio Vaccaro, que aborda o último momento fecundo do canto social italiano, analisando as letras das canções produzidas no período da Resistência Italiana (1943-1945), durante a Segunda Guerra Mundial. O autor investiga o cancionário partidário em nível lexical e imagético, constatando que as canções produzidas durante esse período são reelaborações de

motivos anteriores, atinentes à Primeira Guerra Mundial, com constantes referências à traição dos fascistas, o mito da montanha e do rebelde, o culto dos líderes e dos heróis.

Por último, mas não por isso menos importante que os demais, encerramos esta seção do periódico com o ensaio de Leila Lehen, que investiga, a partir dos conceitos de autoritarismo e heteronormatividade, a formulação e construção da nação em dois romances: “El asalto” (1991), de Reinaldo Arenas, e “A céu aberto” (1996), de João Gilberto Noll. A autora parte da afirmação de que ambos os textos “desmistificam a enunciação de um espaço nacional estável e produtivo”, questionando, para tanto, a convergência existente entre unidade familiar e unidade nacional. O objetivo da autora é demonstrar que os romances em questão contradizem os estereótipos típicos da união homossexual presentes na maior parte dos romances fundacionais latino-americanos, ao permitirem a dúvida sobre a construção “heteronormativa” da nação. Com esta atitude, essas obras ficcionais expõem as múltiplas formas de violência e opressão intrínsecas a tal construção, reveladora das práticas autoritárias atinentes ao estabelecimento de sexualidades normativas e, portanto, às concepções hegemônicas da identidade nacional.

Neste número, contamos também com o ensaio do Prof. Dr. Jaime Ginzburg (USP) sobre a perspectiva do colonizador europeu, através de uma análise sobre a “Carta”, de Pero Vaz de Caminha. Em seu texto, o autor detecta o que Renato Janine Ribeiro (1999) definiu como “processo de heteronomia colonial”, cujas características predatórias infundiram em nossa formação social um valor traumático, que se instalou em nosso processo histórico através do massacre legitimado dos indígenas, ora no campo político, ora no campo religioso. Neste sentido, o autor aponta que a leitura da Carta tem grande interesse para a constituição da consciência crítica contemporânea, uma vez que o texto de Caminha aponta para os primeiros momentos de nossa formação social.

A revista conta, em sua segunda seção, com um conjunto de resenhas cujos temas são afins à proposta deste número. A primeira, de autoria de Ricardo André Ferreira Martins, centra-se no livro “Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais” (2009), de Thomas Bonnici. O livro trata dos fenômenos de resistência presentes em textos históricos e romances canônicos que revelam a identidade e a condição dos indivíduos coloniais, os quais são dominados e desumanizados. Solange Fernandes Barrozo Debortoli, por sua vez, resenha o livro “Violetas e pavões” (2009), de Dalton Trevisan. Composto de 22 contos, esse texto trata, através de uma linguagem

satírica e com intenso erotismo, da degradação do cotidiano periférico de Curitiba, bem como o caos urbano, o narcotráfico, o descaso do poder público, assassinatos, casos de pedofilia. Seus personagens são: ladrões, maníacos, estupradores, polícia, adolescentes. Por fim, a resenha de Viviane Marconato Stringhini, da obra “Matar para não morrer” (2009), de Mary Del Priore, revela a tragédia ocorrida entre o triângulo amoroso Euclides da Cunha, Ana Emília da Cunha e Dilermando de Assis. Segundo Stringhini, o livro consiste na reconstituição de um violento episódio histórico e revela os preconceitos vividos por uma sociedade patriarcal, em que as mulheres eram dominadas e manipuladas pelos maridos, que não admitiam o sofrimento, a traição e a dor masculina, além de se apropriarem do direito de fazer justiça.

Na última parte desta revista – “Convite à criação” –, contamos com um texto do escritor gaúcho Ronie Von Rosa Martins, intitulado Outro lado. Trata-se de um poema em prosa, em que o autor trabalha com imagens do emparedamento e da revolta, através de diversos recursos estilísticos, como palavras aglutinadas, assonâncias, entre outros.

Esperamos que o leitor, através dos trabalhos aqui disponibilizados, encontre um rico acervo de leituras para o desenvolvimento de pesquisas e estudos na linha temática ora apresentada, bem como fique instigado a novas contribuições para os debates e discussões propostos neste número. Resta, por fim, agradecer a cada um dos autores que enviaram os seus textos – artigos, ensaios, resenhas – para esta edição da Revista Literatura em Debate e, de igual modo, aos pareceristas que gentilmente contribuíram para a qualificação dos trabalhos aqui publicados, bem como de todo o periódico.

Prof. Dr. Lizandro Carlos Calegari

Prof. Dr. Ricardo André Ferreira Martins

Organizadores